



PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 115062301

Espécie: Dispensa de Licitação n. 7/2023 - 0038

Interessado: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural – SEDRU

Assunto: **Contratação de empresa especializada na prestação de serviço para locação de veículos tipo caminhão pipa com motorista, em caráter urgência, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, pelo período de 02 meses.**

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DOS ELEMENTOS FORMAIS IMPRESCINDÍVEIS À EDIÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO DE RECONHECIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO CAMINHÃO PIPA COM MOTORISTA, EM CARÁTER URGÊNCIA, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PELO PERÍODO DE 02 MESES. POSSIBILIDADE LEGAL. ARTS. 24, INCISO IV E 26, PARÁGRAFO ÚNICO, AMBOS DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993. POSSIBILIDADE.

I – RELATÓRIO

Trata-se de requerimento oriundo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural - SEDRU, solicitando a **contratação de empresa especializada na prestação de serviço para locação de veículos tipo caminhão pipa com motorista, em caráter urgência, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, pelo período de 02 meses.**

Ressalta-se que o entendimento a ser consolidado baseia-se em legislação e jurisprudência atuais, podendo ser revisto em caso de alteração substancial em seus fundamentos.

É o que importa relatar.

II – MÉRITO



O art. 24 da Lei 8.666/93 traz consigo uma série de incisos que tipificam hipóteses em que procedimento de licitação prévio contratação se faz dispensável. Ao contrário do que disciplina art. 25, que trata das inexigibilidades, art. 24 veicula rol exaustivo.

Vislumbra-se que nos casos de emergência ou calamidade pública, e, tão somente, para bens necessários ao atendimento desta situação, que é possível a dispensa com base no art. 24, IV, da Lei n.º 8.666/93. Transcreva-se dispositivo:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos".

Considerados os pressupostos fáticos informados neste processo administrativo, verifica-se que a Administração estava diante de situação emergencial capaz de justificar a dispensa do certame licitatório, conforme informações prestadas pela Secretária Municipal de Tributação – SETRI.

A doutrina especializada tem assentado que a situação de emergência "**requer a caracterização de uma situação cujo atendimento implique a necessidade de dispensar o procedimento licitatório**".

ANTÔNIO CARLOS CINTRA DO AMARAL, com muita propriedade, aduz que a emergência, "*verbis*":

"é (...) caracterizada pela inadequação do procedimento formal licitatório ao caso concreto. Mais especificamente: um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas. Quando a realização de licitação não é incompatível com a



solução necessária, no momento preconizado, não se caracteriza a emergência."

A situação retratada no expediente afigurava-se apta a ensejar a contratação direta, eis que reclama solução imediata, face a necessidade de atendimento a necessidade apontada, com o fito de realizar o processo de recolhimento de tributos municipais, conforme justificativa do caráter **urgente** acostada aos autos.

Há que se examinar o prazo de duração da prestação de serviços, que não poderá exceder o limite de 180 dias imposto pelo art. 24, IV, da Lei n.º 8.666/93.

Ademais, cumpre esclarecer que a contratação direta não significa inaplicação dos princípios básicos que orientam a administração pública, ou seja, não caracteriza poder discricionário puro ou livre atuação administrativa. Permanece o dever de realizar a melhor contratação possível, dando tratamento igualitário a todos os possíveis contratantes.

Por isso, num primeiro momento, a Administração verificará a existência de uma necessidade a ser atendida. Deverá diagnosticar o meio mais adequado para atender ao reclamo. Definirá um objeto a ser contratado, inclusive adotando providências acerca da elaboração de orçamentos, apuração da competitividade entre a contratação e as previsões orçamentárias.

Assim, mesmo diante de situação emergencial, como no caso vertente, a Administração não pode se furtar à regra estampada no art. 26 da Lei n.º 8.666/93, *verbis*:

"Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8o desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005).

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;



II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados

In casu, a Secretária Municipal de Desenvolvimento Rural, justificou a contratação em favor da empresa **NAUREMBERGUE JOSÉ DOS SANTOS - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.358.027/0001-53, pelo fato de ter apresentado menor orçamento, conforme mapa de preços. Saliente-se que constam três propostas de preço, conferindo pesquisa razoável de mercado, atendendo perfeitamente as exigências emanadas dos reiterados julgados do egrégio Tribunal de Contas da União, conforme estampado em **Informativo de Jurisprudência nº 248¹**.

Ademais, convém realçar que a empresa escolhida apresentou certidão negativa da União, certidão negativa de tributos municipais, certidão negativa de tributos estaduais, certificado de regularidade do FGTS-CRF, certidão negativa de débitos trabalhistas, certidão negativa de falência e/ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor cível da Comarca sede da empresa.

Por fim, convém destacar que, por trata-se de compra imediata, dispensa-se a celebração de termo contratual, o substituindo por nota de empenho, conforme previsão do art. 62 da Lei n.º 8.666/93.

III – CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, esta Assessoria conclui que a contratação em epígrafe possui previsão legal no art. 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93, restando caracterizada, em tese, a situação emergencial pelos dados fornecidos pelos técnicos da administração, pelo que opinamos pela **possibilidade jurídica** da contratação.

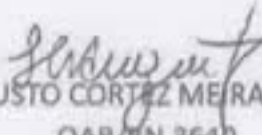
¹A justificativa do preço em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/93) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima; (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os preços praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas



Por oportuno, acrescento que a motivação, justificativas e demais dados técnicos são de inteira responsabilidade dos Gestores.

Sendo este o Parecer, o que se faz de forma meramente opinativa, não possuindo, portanto, caráter vinculativo, cabendo a decisão final à autoridade competente.

Pau dos Ferros/RN, 28 de junho de 2023.


FELIPE AUGUSTO CORTÉZ MEIRA DE MEDEIROS
OAB/RN 3640
e-mail: felipeacmrm@hotmail.com

